

EDITORIAL

Pressões, suspensão e expectativas

Foto: Ulbra/ Divulgação



Frustração foi, certamente, o sentimento experimentado pela maioria dos credores trabalhistas ante a nova suspensão da Assembleia de Credores da Aelbra, no último dia 25, logo após a sua terceira reinstalação.

A dinâmica, além da essência, para a construção de um acordo que viabilize a Recuperação Judicial é realmente um desafio com enorme potencial de frustração a cada momento.

A suspensão foi aprovada, no entanto, pela maioria absoluta dos créditos habilitados, desta vez, mais do que nunca, de forma justificada, uma vez que as pressões exercidas sobre o relator inviabilizaram, inclusive, que as negociações, nas infindáveis reuniões realizadas nos dias que antecederam a assembleia, fossem sintetizadas na forma de Plano de Recuperação Judicial para deliberação dos credores.

A pressão dos grandes credores (classes III e IV), além da ocorrência de fatos novos, via decisões judiciais laterais, motivaram a presente suspensão.

A expectativa dos credores financeiros (bancos, fundos) de amenizar o deságio dos respectivos créditos já contabilizados como prejuízos, somada aos interesses

dos próprios representantes técnicos e jurídicos, operantes no processo da RJ, constituem os principais fatores de instabilização das negociações e da elaboração de um plano politicamente viável.

Ao quadro que já era complexo, acrescentou-se o fato novo derivado da decisão do TJRS de reconhecimento do Banrisul como credor com quantia real e consequente abertura de uma nova classe (Classe II) no processo.

O intervalo para a reinstalação, desta vez, será mais curto, e no dia 10 de dezembro, a Assembleia de Credores deverá, finalmente, deliberar sobre uma proposta que dará rumo à RJ da Aelbra e definirá o futuro da Ulbra e das demais instituições por ela mantidas no Rio Grande do Sul e nos demais estados.

Fundamental destacar que, para a conclusão das negociações e definição do Plano a ser avaliado no dia 10 de dezembro, foi formalizada uma comissão com representantes de todas as classes, integrada pelo Sinpro/RS, o que expressa o reconhecimento do protagonismo do Sindicato no processo da RJ da Aelbra desde o seu início.

Direção Colegiada

Assembleia de Credores será reinstalada no dia 10

Após dois pedidos de adiamento e sem que houvesse manifestação de nenhuma das partes, a Assembleia de Credores da Recuperação Judicial (RJ) da Aelbra foi reinstalada e, a pedido de credores, suspensa na mesma tarde de 25 de novembro.

A nova suspensão, que ocorre dentro do prazo de 90 dias autorizado pelo juízo da 4ª Vara Cível de Canoas em setembro, se deve à falta de consenso em relação à sistematização de tudo que foi discutido até então entre as partes e que deveria constar na proposta de modificativo ao plano original da Aelbra.

O administrador judicial deferiu o pedido dos credores e nomeou uma comissão de negociação integrada por representantes de todas as classes habilitadas na RJ, a qual deverá elaborar uma nova proposta a ser apresentada no prazo, já prorrogado, de 6 de dezembro.

O advogado Caio Zogbi Vitória, assessor especial do Sinpro/RS para atuação na RJ da Aelbra, é um dos representantes dos credores trabalhistas que compõem a Classe I.

A Assembleia de Credores da RJ da Aelbra será reinstalada no próximo dia 10 de dezembro de 2021, às 14h.

BANRISUL – O Banrisul, que era credor habilitado na Classe III (quirografários – bancos e financeiras com direito a créditos sem garantia), foi reclassificado por força de uma decisão judicial proferida pelo desembargador Nilton Carpes da Silva, integrante da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul (TJRS), em julgamento que ocorreu de forma simultânea à reinstalação da Assembleia de Credores.

Por meio de um agravo de instrumento, o banco passou à condição de credor com garantias reais e, com essa decisão, foi habilitado na Classe II de credores com garantias – que estava vazia no processo.

O Banrisul é credor de cerca de R\$ 57 milhões referentes a um acordo anterior que previa o pagamento, pela Aelbra. O valor se refere a 10% do total devido, conforme acordo firmado entre o banco e a Aelbra. Com o descumprimento do acordo, a instituição financeira retomou o pleito da integralidade dos seus créditos e não o percentual acordado.

Essa pretensão, contudo, foi afastada pelo Judiciário, permanecendo o banco habilitado somente aos valores já registrados na RJ.

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Histórico e dinâmica das negociações

No último dia 25 de novembro, ocorreu a retomada da Assembleia Geral de Credores da Aelbra. Na ocasião, deveria ter sido votado o Plano de Recuperação Judicial Substitutivo, o qual deveria refletir as condições que vêm sendo negociadas entre a Aelbra e seus credores, bem como entre os credores entre si.

O principal fato modificativo está na fonte dos recursos para pagamento aos credores. Se, em 22 de setembro, quando da primeira reinstalação da Assembleia de Credores, havia a perspectiva de que os imóveis de titularidade da Aelbra fossem vendidos para cumprir tal finalidade, agora a origem dos recursos será a venda da própria Ulbra e seus imóveis correspondentes.

A partir dessa mudança de perspectiva e da origem dos recursos, também o direcionamento das ações do Sinpro/RS foi alterado. Se antes buscávamos a recuperação do limite de pagamento mínimo de 150 Salários Mínimos (SM), o que representava R\$ 267 milhões, agora passamos a buscar um limite maior, com a garantia de que sejam destinados prioritariamente ao pagamento dos créditos trabalhistas, no valor de R\$ 297 milhões.

Da venda da Ulbra

Como referido anteriormente, em 22 de setembro a Assembleia Geral de Credores foi suspensa pela necessidade de avaliação dos imóveis disponibilizados pela Aelbra para pagamento aos credores. Na implementação desse procedimento, foi constatado que muitos dos imóveis disponibilizados pela recuperanda não poderiam ser alienados. Esses imóveis são concessões das municipalidades para instalação da Universidade que, em caso de destinação para outro fim, devem retornar para

Atualmente e no quadro de credores atual, esse valor representa 200 SM. Considerando ainda que será alienada a instituição mantida no Rio Grande do Sul, também buscamos a preservação das condições de ensino e das relações de trabalho.

Infelizmente, não foi possível que tantas modificações fossem adequadamente refletidas no Plano Modificativo, de modo seguro e confiável no que se refere à sua implementação. O Sindicato atuou pela suspensão da Assembleia que, agora, terá prosseguimento no próximo dia 10 de dezembro.

Além disso, contribuíram para a suspensão o questionamento do Banrisul quanto ao valor e o enquadramento dos seus créditos, o que estava em julgamento no mesmo horário de reinstalação da Assembleia.

Buscando garantir um Plano de Recuperação Judicial que refletisse de modo claro o que foi acordado, constituiu-se uma comissão de representantes das três classes de credores originalmente existentes, a qual está em reunião quase permanente, com o Banrisul convidado a participar, face à decisão judicial.

o concedente, com todas as suas benfeitorias.

Assim, o valor que se pretendia arrecadar com a venda dos imóveis diminuiria de maneira substancial e não pagaria minimamente os credores.

Diante desse quadro, foi reaberta a negociação com a Aelbra, que acabou disponibilizando para venda e pagamento aos credores a própria Ulbra, ou seja, a integralidade do patrimônio e da operação na educação superior em todos os *campi* no Rio Grande do Sul.

A partir daí, foi necessária a retomada pelos credores da negociação com a Aelbra e também entre si, a fim de definir as condições pelas quais seria estruturado o PRJ.

O Sinpro/RS e os demais Sindicatos de Trabalhadores estabeleceram uma nova meta de valor mínimo para pagamento preferencial aos credores trabalhistas e, também, garantias de manutenção da Universidade, da empregabilidade e das condições de trabalho dos seus trabalhadores.

Das condições de trabalho

A atuação negocial do Sinpro/RS nas últimas semanas contemplou também a empregabilidade dos professores, buscando manter, inclusive, uma estabilidade temporária, correspondente a dois semestres, observadas situações excepcionais.

RECURSO – Durante a reinstalação da Assembleia, ocorria, ainda, o julgamento de um recurso do Banrisul que questionava os valores reconhecidos como devidos ao banco e, também, sobre imóveis que haviam sido dados em garantia.

O Banrisul teve um êxito parcial no recurso. Não foi reconhecida a integralidade do crédito pleiteado, mas foi reconhecida a existência das garantias.

Em decorrência disso, o crédito reconhecido ao Banrisul, próximo aos R\$ 60 milhões, foi remanejado para a Classe II, própria de quem tem garantias reais.

Ainda por consequência, agora a recuperação judicial da Aelbra tem as quatro classes de credores previstas na Lei, sendo que o Banrisul ocupa de modo isolado uma delas.

Assim, está aberta a negociação entre a Aelbra e o Banrisul, que não deverá contemplar o valor total, conforme a decisão judicial, e ser concluída até o próximo dia 6 de dezembro, antes da apresentação do Plano nos autos.

Do valor mínimo preferencial para os credores trabalhistas

Os sindicatos têm buscado a elevação do valor mínimo para R\$ 297 milhões com vistas ao pagamento preferencial para os credores trabalhistas. A partir desse valor, esses credores concorrerão em igualdade de condições com os demais credores. A formalização dessa preferência não foi adequadamente definida até o dia 25 de novembro, razão pela qual os sindicatos se posicionaram pela suspensão da Assembleia e continuidade das tratativas com os demais credores e com a Aelbra. A lógica é que as operações da Ulbra sejam vendidas de modo mais ou menos simultâneo com os principais imóveis operacionais, viabilizando o aporte do valor pretendido para o pagamento dos créditos trabalhistas até o limite de R\$ 297 milhões.

Das condições de ensino

Após a aprovação do PRJ, uma nova entidade será proprietária e mantenedora da Ulbra. Esta entidade legal é que será alienada. A estrutura funcional que coordena a mantenedora atual permanecerá. O mais importante é que a estrutura da Universidade será mantida, ou seja, não ocorrerá uma ruptura, principalmente em termos acadêmicos. A continuidade acadêmica foi um ponto de insistência do Sinpro/RS, encontrando eco tanto na Aelbra, quanto no conjunto de credores. É importante que os professores compreendam essa perspectiva de continuidade e a transmitam a seus alunos, especialmente em função do processo de matrículas e rematrículas no próximo período.

Caio Zogbi Vitória

Advogado. Consultor Jurídico para a RJ da Aelbra

Planos para a sua saúde? O Sinpro/RS tem.





Faça a simulação e confira o quanto você pode economizar



Professoras e professores associados ao Sinpro/RS podem contar com os melhores planos de saúde médico e odontológico.

www.sinprors.org.br/planosdesaude

sinprosaúde